STJ00095236

SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 5.ª EDIÇÃO 07
NOTA PRÉVIA À 4.ª EDIÇÃO 09
NOTA PRÉVIA À 3.ª EDIÇÃO 11
NOTA PRÉVIA À 2.ª EDIÇÃO 13
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO 15
LISTA DE ABREVIATURAS 39

Parte I
TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. NOÇÕES GERAIS

1. Conceito de recurso no processo civil 41
2. Natureza jurídica do recurso 45
2.1 Recurso como prolongamento da ação originária 46
2.2 Recurso como pretensão autônoma no mesmo processo 48
2.3 Condição jurídica do provimento sujeito a recurso 54
3. Classificação dos recursos no processo civil 58
3.1 Recursos ordinários e extraordinários 62
3.2 Recursos de motivação livre (ou simples) e vinculada 64
3.3 Recursos independentes e subordinados 65
3.3.1 Designação do recurso subordinado 67
3.3.2 Natureza jurídica do recurso subordinado 68
3.3.3 Condições de admissibilidade do recurso subordinado 69
3.3.3.1 Cabimento do recurso subordinado 69
3.3.3.1.1 Preexistência do recurso independente 70
3.3.3.1.2 Inadmissibilidade de ampliação das hipóteses de recurso subordinado 70
3.3.3.2 Legitimidade para interpor recurso subordinado 71
3.3.3.3 Interesse na interposição do recurso subordinado 72
3.3.3.4 Tempestividade do recurso subordinado 73
3.3.3.5 Regularidade formal do recurso subordinado 74
3.3.3.6 Preparo do recurso subordinado 74
3.3.4 Procedimento do recurso subordinado 75
3.3.5 Julgamento do recurso subordinado 77

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS

4. Princípios fundamentais em matéria de recursos 79

5. Princípio do duplo grau na unidade do processo 80
5.1 Fundamentos do princípio do duplo grau 82
5.2 Base política do princípio do duplo grau 85
5.3 Base técnica do princípio do duplo grau 87

6. Princípio da taxatividade 90
6.1 Recursos previstos na codificação processual 90
6.2 Recursos previstos nas leis extravagantes 92
6.3 Constitucionalidade das restrições à recorribilidade 93
6.4 Exceções ao princípio da taxatividade 93

7. Princípio da singularidade 95

8. Princípio da fungibilidade 99
8.1 Casos de dúvida objetiva 100
8.2 Admissibilidade do princípio da fungibilidade 103
8.3 Condições da aplicação do princípio da fungibilidade 105
8.4 Efeitos do reconhecimento da impropriedade do recurso 107

9. Princípio da dialeticidade 108
9.1 Configuração da dialeticidade 108
9.2 Fundamento da dialeticidade 109
9.3 Requisitos da dialeticidade 109

10. Princípio da voluntariedade 110

11. Princípio da irrecorribilidade das interlocutórias 111

12. Princípio da complementaridade 113

13. Princípio da consumação 114

14. Princípio da proibição da *reformatio in pejus* 115
14.1 Aplicação e evolução do princípio da proibição da *reformatio in pejus* 116
14.2 Fundamento da *reformatio in pejus* 118
14.3 Espécies de *reformatio in pejus* 120
14.4 Limites da proibição da *reformatio in pejus* 120
14.4.1 Casos de inadmissibilidade da *reformatio in pejus* 121
14.4.2 Casos de admissibilidade da *reformatio in pejus* 123

3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO DOS RECURSOS

15. Distinção entre a admissibilidade e o mérito do recurso 127

16. Juízo de admissibilidade 129

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

16.1 Natureza do juízo de admissibilidade 129
16.2 Competência para o juízo de admissibilidade 130
16.3 Forma do juízo de admissibilidade 131
16.4 Momento do juízo de admissibilidade 133
16.5 Objeto do juízo de admissibilidade 135

17. Juízo de mérito 136
17.1 Natureza do juízo de mérito 136
17.2 Competência para o juízo de mérito 136
17.3 Forma do juízo de mérito 138
17.4 Momento do juízo de mérito 139
17.5 Objeto do juízo de mérito 140
17.5.1 Relação entre o mérito da causa e o mérito do recurso 140
17.5.2 Causa de pedir do recurso 142
17.5.3 Pedido do recurso 144

4. CONDIÇÕES DE ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS

18. Classificação das condições de admissibilidade 147

19. Requisitos intrínsecos 149
19.1 Cabimento 149
19.1.1 Classificação dos atos recorríveis 149
19.1.2 Correlação entre atos decisórios e recursos 156
19.1.3 Equívocos do recorrente 159
19.2 Legitimidade 160
19.2.1 Legitimidade da parte 160
19.2.2 Legitimidade do Ministério Público 163
19.2.3 Legitimidade do terceiro 165
19.2.4 Legitimidade do juiz e dos seus auxiliares 169
19.2.5 Legitimidade do advogado 171
19.3 Interesse em recorrer 172
19.3.1 Utilidade do recurso 173
19.3.2 Necessidade do recurso 180
19.4 Inexistência de fato impeditivo ou extintivo 183
19.4.1 Renúncia 183
19.4.1.1 Distinção das figuras afins 183
19.4.1.2 Natureza da renúncia 184
19.4.1.3 Requisitos da renúncia 184
19.4.1.4 Oportunidade da renúncia 184
19.4.1.5 Efeitos da renúncia 185

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

19.4.2 Desistência 186
19.4.2.1 Distinção das figuras afins 186
19.4.2.2 Natureza da desistência 187
19.4.2.3 Espécies de desistência 187
19.4.2.4 Requisitos da desistência 188
19.4.2.5 Oportunidade da desistência 189
19.4.2.6 Efeitos da desistência 191
19.4.3 Aquiescência 192
19.4.3.1 Distinção das figuras afins 192
19.4.3.2 Natureza da aquiescência 192
19.4.3.3 Espécies de aquiescência 193
19.4.3.4 Requisitos da aquiescência 193
19.4.3.5 Oportunidade da aquiescência 194
19.4.3.6 Efeitos da aquiescência 194
19.4.4 Depósito prévio da multa 195
19.4.5 Conformidade do ato com súmula de tribunal superior 198
19.4.6 Inexistência de repercussão geral da questão constitucional 199

20. Requisitos extrínsecos 199
20.1 Tempestividade 199
20.1.1 Quantitativo do prazo 201
20.1.2 Contagem do prazo: termo inicial 202
20.1.3 Contagem do prazo: natureza e ampliações 206
20.1.4 Contagem do prazo: suspensão e interrupção 211
20.1.5 Controle da tempestividade 214
20.2 Regularidade formal 216
20.2.1 Petição escrita 217
20.2.2 Identificação das partes 219
20.2.3 Causa de pedir ou fundamentação do recurso 220
20.2.4 Pedido de reforma ou de invalidação 222
20.2.5 Demais requisitos 223
20.3 Preparo 226
20.3.1 Dispensa do preparo 229
20.3.2 Relevação da deserção 230

21. Efeitos do juízo de admissibilidade 231

5. EFEITOS DOS RECURSOS

22. Classificação dos efeitos dos recursos 237

23. Efeito obstativo 241

24. Efeito devolutivo 246

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

24.1 Fundamento do efeito devolutivo 246
24.2 Conceito de efeito devolutivo 249
24.3 Espécies de devolução 249
24.4 Objeto da devolução 250
24.5 Órgão destinatário da devolução 250
24.6 Exclusão do benefício comum através do efeito devolutivo 251
24.7 Devolução das questões discutidas 252
24.8 Devolução das questões de ordem pública 253
24.9 Extensão subjetiva da devolução 254
24.9.1 Espécies de litisconsórcio 255
24.9.2 Fundamento e âmbito de incidência da extensão subjetiva 257
24.9.3 Requisitos da extensão subjetiva 259
24.9.4 Disciplina das despesas processuais 261

25. Efeito suspensivo 262
25.1 Fundamento do efeito suspensivo 263
25.2 Conceito de efeito suspensivo 265
25.3 Objeto do efeito suspensivo 265
25.3.1 Efeitos dependentes da suspensão 266
25.3.2 Efeitos independentes da suspensão 267
25.3.3 Efeitos subordinados ao trânsito em julgado 268
25.3.4 Efeito suspensivo reflexo 268
25.4 Termo inicial e termo final do efeito suspensivo 269
25.5 Extensão do efeito suspensivo 270
25.6 Recursos suspensivos 271
25.7 Recursos não suspensivos 272
25.8 Concessão *ope legis* do efeito suspensivo 274
25.9 Concessão *ope iudicis* do efeito suspensivo 275
25.10 Antecipação dos efeitos da pretensão recursal 280

26. Efeito substitutivo 281
26.1 Fundamento do efeito substitutivo 282
26.2 Conceito do efeito substitutivo 283
26.3 Espécies de efeito substitutivo 283
26.4 Objeto da substituição 284
26.5 Efeitos da substituição 287

6. PROCEDIMENTO DOS RECURSOS NO TRIBUNAL

27. Disposições comuns aos recursos e demais causas 290

28. Função dos tribunais no julgamento dos recursos 291

29. Fase da distribuição do recurso 294

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

29.1 Registro do recurso no protocolo ... 295
29.2 Distribuição do recurso ... 296
29.3 Remessa à secretaria do órgão fracionário e conclusão ao relator ... 298

30. Procedimento abreviado do julgamento dos recursos ... 299
30.1 Objeto da decisão do relator ... 300
30.1.1 Exclusão do agravo interno, dos embargos de declaração contra acórdãos e dos embargos infringentes ... 300
30.1.2 Exclusão das ações impugnativas e dos sucedâneos recursais ... 302
30.2 Fundamentos da decisão do relator ... 302
30.2.1 Recurso inadmissível ... 303
30.2.2 Recurso prejudicado ... 303
30.2.3 Recurso improcedente ... 305
30.2.4 Recurso em contraste com súmula ou jurisprudência dominante ... 306
30.2.5 Recurso procedente (decisão em contraste com súmula ou jurisprudência dominante) ... 308
30.3 Momento da decisão do relator ... 308
30.4 Forma da decisão do relator ... 309

31. Fase inicial do procedimento completo ... 309
31.1 Atribuições gerais do relator ... 309
31.2 Abertura de vista ao Ministério Público ... 311
31.3 Requisitos da exposição do relator ... 312
31.4 Conclusão ao revisor ... 314
31.4.1 Casos de revisão obrigatória ... 314
31.4.2 Casos de revisão facultativa ... 315
31.4.3 Casos de dispensa de revisão ... 315
31.4.4 Atribuições do revisor ... 316
31.4.5 Consequências da falta de revisão ... 317
31.4.6 Consequências da falta de participação do revisor no julgamento ... 318
31.5 Designação de dia de julgamento ... 318
31.6 Publicação da pauta de julgamento ... 320
31.6.1 Caráter público ou reservado da sessão ... 320
31.6.2 Requisitos da publicação ... 321
31.6.3 Prazo de espera da sessão ... 321
31.6.4 Afixação da pauta na entrada da sala de sessões ... 323
31.6.5 Consequências do adiamento ... 323
31.7 Vinculação do juiz através do "visto" ... 324
31.8 Distribuição de cópias do relatório ... 324

32. Fase intermediária do procedimento do recurso ... 325
32.1 Etapas do julgamento ... 326
32.2 Abertura da sessão ... 326

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

32.3 Ordem dos julgamentos: precedência obrigatória dos agravos 327
32.4 Ordem dos julgamentos: as preferências legais e voluntárias 330
32.5 Exposição do relator 333
32.6 Debate oral 334
32.6.1 Casos de admissibilidade da sustentação oral 334
32.6.2 Prazo da sustentação oral 335
32.6.3 Conteúdo da sustentação oral 336
32.6.4 Sustentação oral do Ministério Público 336
32.6.5 Atitude dos julgadores perante a sustentação oral 337
32.7 Deliberação do órgão fracionário 337
32.7.1 Publicidade e garantias da deliberação 337
32.7.2 Quórum da deliberação 338
32.7.3 Ordem da deliberação 340
32.7.3.1 Conceito de questão preliminar 341
32.7.3.2 Espécies de questões preliminares 342
32.7.3.3 Efeitos da apreciação das preliminares 343
32.7.3.4 Iniciativa da suscitação da preliminar 343
32.7.3.5 Ordem de votação das preliminares 344
32.7.3.6 Consequências do julgamento da preliminar 345

33. Incidentes no julgamento dos recursos 346
33.1 Uniformização da jurisprudência 346
33.1.1 Pressupostos da uniformização 349
33.1.1.1 Julgamento pendente 349
33.1.1.2 Dissídio jurisprudencial 350
33.1.2 Legitimidade para suscitar a uniformização 351
33.1.3 Oportunidade para suscitar a uniformização 352
33.1.4 Competência para admitir o incidente 353
33.1.5 Procedimento inicial da uniformização 354
33.1.6 Procedimento final da uniformização 357
33.1.7 Efeito da deliberação: o precedente 358
33.1.8 Retorno do processo ao órgão originário 360
33.2 Declaração incidental de inconstitucionalidade 360
33.2.1 Objeto da arguição de inconstitucionalidade 361
33.2.2 Legitimidade para arguir a inconstitucionalidade 362
33.2.3 Oportunidade da arguição de inconstitucionalidade 362
33.2.4 Procedimento inicial da arguição da constitucionalidade 362
33.2.4.1 Audiência do Ministério Público na arguição 363
33.2.4.2 Apreciação da arguição no órgão de origem 363
33.2.4.3 Rejeição da arguição de inconstitucionalidade 363

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

33.2.4.4 Desnecessidade da renovação do controle de constitucionalidade 364
33.2.4.5 Acolhimento da arguição de inconstitucionalidade 365
33.2.4.6 Descumprimento da cláusula de reserva do plenário 366
33.2.5 Procedimento final da arguição da constitucionalidade 366
33.2.5.1 Órgão competente para declarar a inconstitucionalidade 366
33.2.5.2 Designação da data de julgamento da arguição 367
33.2.5.3 Remessa de cópias do acórdão 367
33.2.5.4 Intervenção de terceiros na arguição de inconstitucionalidade. 367
33.2.5.5 Quórum para declarar a inconstitucionalidade 369
33.2.5.6 Efeitos da pronúncia da inconstitucionalidade 370
33.2.5.7 Recorribilidade do pronunciamento incidental 370
33.2.6 Retomada do julgamento no órgão fracionário 371
33.3 Afetação do julgamento 371
33.3.1 Oportunidade da afetação 371
33.3.2 Pressupostos da afetação 372
33.3.3 Iniciativa da afetação 373
33.3.4 Desnecessidade de acórdão para afetar o julgamento 373
33.3.5 Assunção ou rejeição da competência 374
33.3.6 Escolha de novo relator 374
33.3.7 Efeitos do julgamento em caso de afetação 374
33.4 Conversão do julgamento em diligência 374
33.4.1 Prazo da diligência 376
33.4.2 Remessa dos autos ao juízo *a quo* 376
33.4.3 Prosseguimento do julgamento 377
33.4.4 Desnecessidade de acórdão 377
33.5 Adiamento do julgamento por vista 377
33.5.1 Legitimidade para pedir ou tomar vista 377
33.5.2 Oportunidade do pedido de vista 378
33.5.3 Prazo da vista 379
33.5.4 Consequências da inobservância do prazo 380

34. Fase final do procedimento completo 380
34.1 Formação do pronunciamento do órgão fracionário 380
34.1.1 Dualidade de votos 381
34.1.2 Igualdade de votos 382
34.1.3 Disparidade de votos 384
34.2 Proclamação do resultado 386
34.2.1 Requisitos da proclamação 386
34.2.2 Retificação da proclamação 387
34.3 Modificação do voto 388

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

34.4 Designação de redator para o acórdão 390
34.5 Requisitos do acórdão 392
34.5.1 Designação da peça representativa do julgamento colegiado 392
34.5.2 Elementos do acórdão 393
34.5.3 Forma do acórdão 395
34.6 Publicação do acórdão 396
34.7 Baixa dos autos ao juízo de origem 397

Parte II
RECURSOS EM ESPÉCIE

7. APELAÇÃO

35. Origem histórica da apelação 399
36. Avaliação crítica da finalidade da apelação 403
37. Cabimento da apelação 405
37.1 Critério original do cabimento da apelação 406
37.2 Critério vigente do cabimento da apelação 409
37.3 Casos de exclusão da apelação 414
37.4 Cabimento da apelação contra sentença definitiva 416
37.5 Cabimento da apelação contra sentença terminativa 417
38. Efeitos da interposição da apelação 418
38.1 Efeito devolutivo da apelação 418
38.1.1 Material da cognição em primeiro grau 418
38.1.2 Relação entre o objeto da apelação e o objeto do processo 424
38.1.3 Dimensões do efeito devolutivo na apelação 425
38.1.4 Extensão do efeito devolutivo da apelação 426
38.1.4.1 Efeito devolutivo parcial e total da apelação 426
38.1.4.2 Efeito devolutivo da apelação no processo cumulado (efeito expansivo). 428
38.1.4.3 Efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa 433
38.1.4.4 Efeito devolutivo da apelação quanto às questões de ordem pública 437
38.1.4.5 Efeito devolutivo da apelação contra sentença definitiva 438
38.1.5 Profundidade do efeito devolutivo 439
38.1.5.1 Efeito devolutivo da apelação na cumulação de causas e de fundamentos da defesa 440
38.1.5.2 Efeito devolutivo da apelação na cumulação de pedidos 441
38.1.5.3 Efeito devolutivo da apelação quanto às questões da mesma classe 442
38.1.5.4 Efeito devolutivo quanto às questões anteriores à sentença 442
38.1.6 Efeito devolutivo no processo à revelia 444

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

38.2 Efeito suspensivo 445
38.2.1 Apelação sem efeito suspensivo 446
38.2.1.1 Sentença homologatória da divisão e demarcação 447
38.2.1.2 Sentença condenatória em alimentos 447
38.2.1.3 Sentença proferida no processo cautelar 448
38.2.1.4 Sentença de rejeição liminar ou improcedência dos embargos. 448
38.2.1.5 Sentença de procedência da instituição de arbitragem 450
38.2.1.6 Sentença confirmatória da antecipação de tutela 450
38.2.1.7 Sentença de interdição. 451
38.2.1.8 Demais casos de apelação sem efeito suspensivo 452
38.2.1.9 Casos controversos de apelação sem efeito suspensivo. 454
38.2.1.9.1 Sentença nas possessórias 454
38.2.1.9.2 Sentença no atentado 455
38.2.1.9.3 Sentença no depósito 455
38.2.1.9.4 Sentença no usufruto forçado de móvel ou de imóvel 456
38.2.1.9.5 Sentença no processo cumulado 456
38.2.2 Proibição de inovar 457
38.2.3 Cumprimento provisório da sentença 459
38.2.4 Meios para alcançar a suspensão *ope iudicis* 462

39. Interposição da apelação 465
39.1 Considerações gerais 465
39.2 Forma da interposição da apelação 466
39.3 Conteúdo da petição de apelação 469
39.3.1 Indicação do apelante e do apelado 469
39.3.2 Exposição dos fundamentos do recurso 469
39.3.3 Formulação do pedido de nova decisão 470
39.3.4 Produção da prova documental e indicação dos demais meios de prova 472
39.4 Suprimento dos defeitos da petição 472

40. Suscitação de questões novas na apelação 472
40.1 Fundamentos da apelação limitada 473
40.2 Questões novas independentes da alegação de força maior 477
40.2.1 Questões de direito não suscitadas na origem 477
40.2.2 Questões de fato passíveis de apreciação *ex officio* 477
40.2.3 Questões de fato constantes do processo 478
40.2.4 Questões de fato supervenientes 478
40.2.5 Necessidade de contraditório prévio 481
40.3 Questões novas dependentes da alegação de força maior 482

41. Recebimento da apelação 483
41.1 Controle da admissibilidade da apelação 484

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

41.2 Controle do mérito da apelação 485
41.3 Declaração dos efeitos do recebimento da apelação 487

42. Procedimento subsequente da apelação em primeiro grau 489
42.1 Abertura de prazo para resposta 489
42.2 Renovação do controle da admissibilidade 491
42.3 Incidente de adesão 491
42.4 Retratação da sentença 491
42.5 Abertura de vista ao Ministério Público 492
42.6 Remessa do processo ao tribunal 493

43. Julgamento da apelação no tribunal 493

44. Efeitos do julgamento da apelação 494
44.1 Efeitos do julgamento do mérito da apelação 495
44.2 Correção dos vícios de congruência da sentença 496
44.3 Proibição da *reformatio in pejus* na apelação 499
44.4 Condenação nas despesas da sucumbência 499

8. AGRAVOS

45. Origem histórica do agravo 502

46. Avaliação crítica da finalidade do agravo 504

47. Espécies de agravo 512

48. Regimes do agravo 514

49. Cabimento do agravo no primeiro grau 518
49.1 Admissibilidade do agravo contra liminar em mandado de segurança 521
49.2 Inadmissibilidade do agravo contra as omissões do órgão judiciário 524

50. Cabimento do agravo no tribunal 524
50.1 Admissibilidade do agravo interno contra o ato do relator que nega seguimento aos embargos infringentes 528
50.2 Admissibilidade do agravo interno contra ato do relator que julga a apelação e o agravo de instrumento interpostos contra pronunciamentos de primeiro grau ... 530
50.2.1 Limites à impugnação do ato do relator 531
50.2.2 Prazo de interposição do agravo interno 532
50.2.3 Procedimento do agravo interno 532
50.2.3.1 Forma e endereçamento do agravo interno 532
50.2.3.2 Desnecessidade de contraditório no agravo interno 533
50.2.3.3 Desnecessidade da inclusão em pauta do agravo interno 534
50.2.3.4 Desnecessidade de intimação do Ministério Público 535
50.2.3.5 Impossibilidade de sustentação oral 535
50.2.3.6 Retratação do provimento 535

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

50.2.4 Efeitos da interposição do agravo interno 536
50.2.5 Julgamento do agravo interno 536
50.2.6 Efeitos do julgamento do agravo interno 537
50.2.7 Aplicação de multa ao agravante 538
50.3 Admissibilidade do agravo interno contra ato do relator que julga o agravo de instrumento interposto contra o ato que não admitiu recursos especial e extraordinário 538
50.4 Inadmissibilidade do agravo interno (e de mandado de segurança) contra o ato do relator que atribui efeito suspensivo ou antecipa os efeitos da pretensão recursal... 540
50.5 Admissibilidade do agravo interno contra ato do relator que julga de plano conflito de competência 542
50.6 Admissibilidade do agravo interno contra ato do presidente do tribunal que suspende decisão liminar ou sentença 543
50.7 Admissibilidade do agravo interno contra ato do presidente de tribunal superior, de seção, de turma ou de relator 547

51. Procedimento do agravo de instrumento 548
51.1 Interposição do agravo de instrumento 550
51.1.1 Forma da interposição e endereçamento ao tribunal competente 550
51.1.2 Conteúdo e forma da petição de agravo de instrumento 552
51.1.3 Prazo do agravo de instrumento 558
51.1.4 Comunicação da interposição ao juízo de primeiro grau 559
51.2 Distribuição do agravo de instrumento 561
51.3 Providências do relator 561
51.3.1 Julgamento liminar do agravo de instrumento 561
51.3.2 Conversão do agravo de instrumento em retido 562
51.3.3 Suspensão dos efeitos da decisão agravada e antecipação dos efeitos da pretensão recursal 564
51.3.4 Requisição de informações ao juiz da causa 566
51.3.5 Intimação do agravado 568
51.3.6 Intimação do Ministério Público 571
51.4 Conteúdo e forma da resposta do agravado 571
51.5 Retratação da decisão e seus efeitos 572
51.6 Providências subsequentes 573

52. Procedimento do agravo retido 573
52.1 Interposição oral do agravo retido 574
52.1.1 Prazo para interpor oralmente o agravo retido 574
52.1.2 Decisões objeto do agravo retido na forma oral 575
52.1.3 Registro da decisão e motivação do agravo retido 576
52.1.4 Interposição de agravo de instrumento das decisões proferidas em audiência 577
52.1.5 Prazo de resposta do agravo retido interposto oralmente e da respectiva retratação 578

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

52.1.6 Legitimidade para agravar oralmente 579
52.2 Interposição do agravo retido através de petição 580

53. Efeitos da interposição dos agravos 582
53.1 Efeito devolutivo 582
53.1.1 Extensão do efeito devolutivo 583
53.1.2 Profundidade do efeito devolutivo 584
53.2 Efeito suspensivo 585

54. Julgamento dos agravos 589
54.1 Julgamento do agravo retido 589
54.2 Julgamento do agravo de instrumento 592
54.3 Conflito entre a retratação e o desprovimento do agravo de instrumento 593

55. Efeitos do julgamento dos agravos 594

9. EMBARGOS INFRINGENTES

56. Origem histórica dos embargos infringentes 596

57. Finalidade do recurso: avaliação crítica 597

58. Denominação do recurso 598

59. Cabimento dos embargos infringentes 599
59.1 Acórdãos (não unânimes) embargáveis 601
59.2 Extensão da divergência 602
59.3 Acórdão (não unânime) proferido em apelação 605
59.4 Acórdão (não unânime) proferido em rescisória 613

60. Efeitos da interposição dos embargos infringentes 613
60.1 Efeito devolutivo dos embargos infringentes 614
60.1.1 Extensão do efeito devolutivo nos embargos infringentes 614
60.1.1.1 Embargos infringentes parciais 615
60.1.1.2 Consequências da falta de motivação do voto vencido 616
60.1.2 Profundidade do efeito devolutivo nos embargos infringentes 616
60.2 Efeito suspensivo dos embargos infringentes 617

61. Procedimento dos embargos infringentes 618
61.1 Prazo de interposição dos embargos infringentes 618
61.2 Forma e conteúdo da petição de interposição dos embargos infringentes 619
61.3 Preparo dos embargos infringentes 620
61.4 Formação do contraditório nos embargos infringentes 620
61.5 Controle da admissibilidade dos embargos infringentes pelo relator 621
61.6 Impugnação do juízo negativo de admissibilidade proferido pelo relator 621
61.7 Efeitos do julgamento do agravo interno contra o ato do relator dos embargos infringentes 622

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

61.8 Procedimento dos embargos infringentes no órgão *ad quem* 623

62. Julgamento dos embargos infringentes 623

10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

63. Origem e evolução histórica dos embargos de declaração 627

64. Conceito e natureza jurídica dos embargos de declaração 630

65. Avaliação crítica dos embargos de declaração 633

66. Cabimento dos embargos de declaração 634

66.1 Provimentos embargáveis 634

66.1.1 Cabimento dos embargos de declaração contra sentenças 635

66.1.2 Cabimento dos embargos de declaração contra acórdãos 636

66.1.3 Cabimento dos embargos de declaração contra decisões interlocutórias 637

66.1.4 Cabimento dos embargos de declaração contra decisões do relator 638

66.1.5 Cabimento dos embargos de declaração contra despachos 639

66.2 Defeitos típicos embargáveis 639

66.2.1 Omissão (prequestionamento) 640

66.2.1.1 Caracterização da omissão 640

66.2.1.2 Causa da omissão 642

66.2.1.3 Objeto da omissão 642

66.2.1.4 Prequestionamento 646

66.2.2 Obscuridade 652

66.2.3 Contradição 653

66.2.4 Dúvida 654

66.3 Defeitos atípicos embargáveis 655

66.3.1 Erros materiais 656

66.3.2 Erros de fato 657

67. Efeitos da interposição dos embargos de declaração 658

67.1 Efeito devolutivo dos embargos de declaração 659

67.2 Efeito suspensivo dos embargos de declaração 661

67.3 Efeito interruptivo dos embargos de declaração 662

67.3.1 Objeto do efeito interruptivo 663

67.3.2 Contagem do prazo interrompido ou suspenso 664

67.3.3 Destinatários da interrupção ou da suspensão 664

67.3.4 Efeito interruptivo dos embargos de declaração inadmissíveis 666

68. Procedimento dos embargos de declaração 668

68.1 Interposição dos embargos de declaração 668

68.2 Controle da admissibilidade pelo relator 670

68.3 Abertura de prazo para resposta do embargado 671

68.4 Prazo para julgamento dos embargos de declaração 673

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

69. Julgamento dos embargos de declaração 674
69.1 Competência para julgar os embargos de declaração 674
69.2 Dispensa da intimação prévia das partes 676
69.3 Impossibilidade de debate oral 677
69.4 Julgamento dos embargos de declaração no tribunal 677

70. Efeitos do julgamento dos embargos de declaração 679
70.1 Efeito modificativo 680
70.1.1 Efeito infringente 681
70.1.2 Integração do julgamento dos embargos ao provimento impugnado 682
70.2 Limites à *reformatio in pejus* nos embargos de declaração 684
70.3 Reiteração dos embargos de declaração 684
70.3.1 Casos de inadmissibilidade da reiteração dos embargos de declaração 685
70.3.2 Repressão aos embargos manifestamente protelatórios 685
70.3.2.1 Problema de política legislativa 686
70.3.2.2 Destinatários da sanção pecuniária 686
70.3.2.3 Caracterização do manifesto caráter protelatório 687
70.3.2.4 Reiteração da sanção pecuniária nos embargos protelatórios 688
70.3.2.5 Cumulação de sanções pecuniárias nos embargos protelatórios 688

11. RECURSO ORDINÁRIO

71. Origem e evolução do recurso ordinário 689

72. Natureza do recurso ordinário 694

73. Confronto e semelhanças entre o recurso ordinário e a apelação 696

74. Definição de recurso ordinário 698

75. Avaliação crítica do recurso ordinário 698

76. Cabimento do recurso ordinário 699
76.1 Cabimento do recurso ordinário contra provimentos colegiados 699
76.1.1 Natureza e conteúdo do provimento denegatório 700
76.1.2 Caráter final do provimento denegatório 701
76.1.3 Denegação de mandado de segurança 702
76.1.4 Denegação de *habeas data* 706
76.1.5 Denegação de mandado de injunção 708
76.1.6 Denegação de *habeas corpus* 710
76.2 Cabimento do recurso ordinário contra provimentos singulares 713

77. Condições de admissibilidade do recurso ordinário 715
77.1 Cabimento do recurso ordinário: fungibilidade 715
77.2 Legitimidade para interpor recurso ordinário 716
77.3 Prazo da interposição do recurso ordinário 717

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

77.4 Regularidade formal do recurso ordinário 717
77.5 Preparo do recurso ordinário 717

78. Efeitos da interposição do recurso ordinário 718
78.1 Efeito devolutivo 718
78.2 Efeito suspensivo 721

79. Procedimento do recurso ordinário 722
79.1 Procedimento do recurso ordinário no órgão *a quo* 723
79.2 Procedimento do recurso ordinário no órgão *ad quem* 725

80. Efeitos do julgamento do recurso ordinário 726

12. RECURSO EXTRAORDINÁRIO

81. Origem e evolução histórica do recurso extraordinário 727

82. Função constitucional do recurso extraordinário 735

83. Denominação do recurso 736

84. Cabimento do recurso extraordinário 737
84.1 Condições genéricas do cabimento do recurso extraordinário 738
84.1.1 Esgotamento das vias recursais ordinárias 738
84.1.1.1 Recorribilidade dos provimentos de primeiro grau 738
84.1.1.2 Recorribilidade dos provimentos de segundo grau 739
84.1.2 Prequestionamento da questão constitucional 743
84.1.3 Ofensa direta à norma constitucional 749
84.1.4 Repercussão geral da questão constitucional 750
84.1.4.1 Confronto entre a repercussão geral e a arguição de relevância 753
84.1.4.2 Origem da repercussão geral 754
84.1.4.3 Localização da repercussão geral no juízo de admissibilidade .. 756
84.1.4.4 Fatores que determinam a existência e a inexistência da repercussão geral 758
84.2 Condições específicas do cabimento do recurso extraordinário 760
84.2.1 Provimento que contraria norma constitucional 764
84.2.2 Provimento que declara a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal 765
84.2.3 Provimento que julga válida lei ou ato de governo local contestado perante norma constitucional 767
84.2.4 Provimento que declara válida lei local contestada perante lei federal 768

85. Efeitos da interposição do recurso extraordinário 770
85.1 Efeito devolutivo do recurso extraordinário 771
85.2 Efeito suspensivo do recurso extraordinário 774
85.2.1 Caráter provisório da execução na pendência do extraordinário 774
85.2.2 Competência para atribuir efeito suspensivo ao extraordinário 775

BDJur http://bdjur.stj.jus.br

85.2.3 Forma da obtenção do efeito suspensivo no extraordinário 778
85.2.4 Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no extraordinário 779

86. Procedimento do recurso extraordinário 780
86.1 Procedimento do recurso extraordinário no tribunal de origem 781
86.1.1 Prazo de interposição do extraordinário 781
86.1.1.1 Termo inicial do prazo do extraordinário perante decisão embargável 781
86.1.1.2 Necessidade de interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial 783
86.1.1.3 Controle da tempestividade do recurso interposto no protocolo integrado 785
86.1.2 Forma e conteúdo da interposição do recurso extraordinário 785
86.1.2.1 Endereçamento da petição de interposição ao órgão competente 786
86.1.2.2 Regularidade formal do recurso extraordinário 787
86.1.2.2.1 Identificação das questões de fato e constitucional ... 787
86.1.2.2.2 Demonstração do cabimento do extraordinário. ... 787
86.1.2.2.3 Demonstração da repercussão geral da questão constitucional 788
86.1.2.2.4 Exposição das razões para o provimento do extraordinário 789
86.1.2.2.5 Pedido de reforma ou de invalidação do provimento recorrido 790
86.1.3 Preparo do recurso extraordinário 790
86.1.4 Formação do contraditório no recurso extraordinário 790
86.1.5 Incidente de adesão ao recurso extraordinário 791
86.1.6 Retenção obrigatória do recurso extraordinário 792
86.1.6.1 Constitucionalidade do regime de retenção do recurso extraordinário 794
86.1.6.2 Pressupostos da retenção do recurso extraordinário 795
86.1.6.3 Destino do recurso extraordinário no curso da retenção 796
86.1.6.4 Momento e forma da reiteração do extraordinário retido 797
86.1.7 Decisão de admissibilidade do recurso extraordinário 798
86.1.8 Suspensão dos recursos extraordinários múltiplos 800
86.1.9 Interposição de agravo contra a decisão de inadmissibilidade do extraordinário 801
86.1.9.1 Prazo de interposição do agravo para o STF 802
86.1.9.2 Regularidade formal do agravo para o STF 802
86.1.9.3 Motivação do agravo para o STF 802
86.1.9.4 Trâmites do agravo no órgão de origem 803
86.1.9.5 Procedimento do agravo no STF 803
86.1.9.6 Interposição de agravo interno contra ato do relator no STF 804

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

86.2 Procedimento do recurso extraordinário no STF 805

87. Efeitos do julgamento do recurso extraordinário 808
87.1 Efeitos da inadmissibilidade do extraordinário 808
87.2 Efeitos do julgamento do mérito do extraordinário 809
87.2.1 Eficácia substitutiva do provimento impugnado 811
87.2.2 Eficácia da declaração da inconstitucionalidade 812
87.2.2.1 Extensão da eficácia do julgamento pelo Senado Federal 813
87.2.2.2 Formulação de regra jurídica abstrata. 815
87.2.3 Declaração da existência de repercussão geral 815
87.3 Impugnação do julgamento do recurso extraordinário 815

13. RECURSO ESPECIAL

88. Localização do recurso especial no quadro geral dos recursos 817

89. Origem do recurso especial 818

90. Finalidade constitucional do recurso especial 821

91. Denominação do recurso 822

92. Cabimento do recurso especial 823
92.1 Condições genéricas do cabimento do recurso especial 824
92.1.1 Esgotamento das vias recursais ordinárias 824
92.1.2 Prequestionamento da questão federal 826
92.2 Condições específicas do cabimento do recurso especial 829
92.2.1 Caracterização da questão federal 830
92.2.2 Provimento que contraria ou nega vigência a tratado ou lei federal 834
92.2.3 Provimento que julga válido ato do governo local perante lei federal 838
92.2.4 Provimento que confere à lei federal interpretação divergente de outro tribunal 838
92.2.4.1 Identidade do objeto do dissídio 840
92.2.4.2 Natureza federal do dissídio 840
92.2.4.3 Atualidade do dissídio 840
92.2.4.4 Diversidade de tribunais no dissídio. 840

93. Efeitos da interposição do recurso especial 842
93.1 Efeito devolutivo do recurso especial 843
93.2 Efeito suspensivo do recurso especial 845
93.2.1 Caráter provisório da execução na pendência do recurso especial 845
93.2.2 Competência para atribuir efeito suspensivo ao recurso especial 846
93.2.3 Forma da obtenção do efeito suspensivo no recurso especial 848
93.2.4 Requisitos para obtenção do efeito suspensivo no recurso especial 849

94. Procedimento do recurso especial 849
94.1 Procedimento do recurso especial no tribunal de origem 849

BDJur http://bdjur.stj.jus.br

94.1.1 Prazo de interposição do recurso especial 850
94.1.1.1 Recurso especial interposto antes da intimação 850
94.1.1.2 Controle da tempestividade do recurso especial no protocolo integrado 851
94.1.2 Forma e conteúdo da petição de interposição do recurso especial 851
94.1.2.1 Endereçamento da petição de interposição do recurso especial 852
94.1.2.2 Regularidade formal no recurso especial 852
94.1.2.2.1 Identificação das questões de fato e federal 853
94.1.2.2.2 Demonstração do cabimento do recurso especial .. 853
94.1.2.2.3 Comprovação do dissídio jurisprudencial 854
94.1.2.2.4 Exposição das razões para o provimento do recurso especial 856
94.1.2.2.5 Pedido de reforma ou de invalidação do provimento recorrido 856
94.1.3 Preparo do recurso especial 856
94.1.4 Formação do contraditório no recurso especial 857
94.1.5 Incidente de adesão no recurso especial 858
94.1.6 Retenção obrigatória do recurso especial 859
94.1.6.1 Casos de derrogação do regime de retenção 860
94.1.6.2 Disciplina do regime de retenção 861
94.1.6.3 Meios para obter a subida imediata do recurso especial 862
94.1.7 Decisão de admissibilidade do recurso especial 862
94.1.7.1 Seleção dos recursos representativos das causas com idêntica questão 864
94.1.7.2 Suspensão dos demais recursos nas causas com idêntica questão 866
94.1.8 Interposição do agravo contra a decisão de inadmissibilidade do recurso especial 867
94.1.8.1 Prazo de interposição do agravo para o STJ 868
94.1.8.2 Regularidade formal do agravo para o STJ 868
94.1.8.3 Motivação do agravo para o STJ 869
94.1.8.4 Trâmites do agravo no tribunal de origem 869
94.1.8.5 Procedimento do agravo no STJ 870
94.1.8.6 Interposição de agravo interno contra ato do relator no STJ 870
94.1.9 Interposição conjunta dos recursos especial e extraordinário e a repercussão geral 871
94.2 Procedimento do recurso especial no STJ 872
94.2.1 Procedimento comum do recurso especial 872
94.2.2 Procedimento do recurso especial nas causas com idêntica questão de direito 873
95. Efeitos do julgamento do recurso especial 875

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

95.1 Efeitos da inadmissibilidade do recurso especial 875
95.2 Efeitos do julgamento do mérito do recurso especial 875

14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA

96. Origem e evolução histórica dos embargos de divergência 879
97. Finalidade dos embargos de divergência 883
98. Avaliação crítica dos embargos de divergência 885
99. Cabimento dos embargos de divergência 886
99.1 Atributos do acórdão embargado 886
99.2 Atributos do acórdão paradigma 890
100. Condições de admissibilidade dos embargos de divergência 892
100.1 Cabimento dos embargos de divergência: fungibilidade 892
100.2 Prazo de interposição dos embargos de divergência 893
100.3 Regularidade formal dos embargos de divergência 894
100.3.1 Demonstração da divergência 894
100.3.2 Comprovação da divergência 895
100.4 Preparo dos embargos de divergência 896
101. Efeitos da interposição dos embargos de divergência 897
101.1 Efeito devolutivo dos embargos de divergência 897
101.2 Efeito suspensivo dos embargos de divergência 898
102. Procedimento dos embargos de divergência 899
102.1 Competência para julgar os embargos de divergência no STF 899
102.2 Competência para julgar os embargos de divergência no STJ 900
102.3 Atitudes iniciais do relator 901
102.4 Abertura de vista ao embargado 902
102.5 Abertura de vista ao Ministério Público 902
102.6 Atitudes subsequentes do relator 903
102.6.1 Retratação do juízo positivo de admissibilidade 903
102.6.2 Julgamento do mérito dos embargos de divergência 903
102.6.3 Pedido de dia para julgamento 904
103. Julgamento dos embargos de divergência 904
104. Efeitos do julgamento dos embargos de divergência 905

Parte III
DEMAIS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO

15. SUCEDÂNEOS RECURSAIS

105. Definição de sucedâneo recursal no direito brasileiro 907
106. Origem e evolução dos sucedâneos recursais 912

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br

107. Reexame necessário 915
107.1 Origem e evolução histórica da apelação *ex officio* 915
107.2 Institutos similares à apelação *ex officio* no direito estrangeiro 920
107.3 Natureza jurídica do reexame necessário 920
107.4 Cabimento do reexame necessário 926
107.5 Efeitos da pendência do reexame necessário 930

108. Correição parcial 931
108.1 Origem e evolução histórica da correição parcial 932
108.2 Natureza jurídica da correição parcial 933
108.3 Cabimento da correição parcial 935
108.4 Efeitos da interposição da correição parcial 936

109. Pedido de reconsideração 937
109.1 Origem e evolução histórica do pedido de reconsideração 937
109.2 Cabimento do pedido de reconsideração 938
109.3 Efeitos da interposição do pedido de reconsideração 939

110. Suspensão da liminar 939
110.1 Origem e evolução histórica da suspensão da liminar 939
110.2 Natureza jurídica da suspensão da liminar 941
110.3 Cabimento da suspensão da liminar 942
110.4 Efeitos da interposição da suspensão da liminar 943

111. Agravo regimental 945
111.1 Origem e evolução histórica do agravo regimental 945
111.2 Natureza jurídica do agravo regimental 946
111.3 Cabimento do agravo regimental 948
111.4 Efeitos da interposição do agravo regimental 949

BIBLIOGRAFIA 951

ÍNDICE LEGISLATIVO 1011

ÍNDICE ONOMÁSTICO 1035

OUTRAS OBRAS DO AUTOR 1055

BDJur
http://bdjur.stj.jus.br